



ACÓRDÃO Nº 924/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 1499/2012.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Caapiranga.
- 4- **Exercício:** 2011.
- 5- **Responsável:** Sr. Francisco Queiroz Ferreira Filho - Ordenador de Despesa.
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Despacho nº 28/2016-MP-ESB, do Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas (fls. 422/423).
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Caapiranga. Exercício de 2011.

Regularidade com Ressalvas. Multa. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do Relatório/voto do Relator que acolheu, em sessão o voto-vista, da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar Regular, com Ressalvas** a Prestação de Contas do **Sr. Francisco Queiroz Ferreira Filho**, responsável pela Câmara Municipal de Caapiranga, no curso do exercício de 2011, nos termos do art. 22, inciso II c/c art. 24, da Lei nº 2.423/96-LO/TCE);
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Francisco Queiroz Ferreira Filho**, no valor de **R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais)**, nos termos no art. 53, parágrafo único, da Lei nº 2423/1996, em decorrência das impropriedades não sanadas nos autos, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado – SEFAZ. O recolhimento deve ser feito no prazo de **30 dias**;
- 10.3. - **Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que:
 - 10.4.1. Encaminhe à atual Administração da Câmara Municipal de Caapiranga, as cópias autênticas das peças emitidas pela Comissão de Inspeção e pelo Representante Ministerial, visando evitar o cometimento das mesmas impropriedades em Prestação de Contas futuras;



ACÓRDÃO Nº 924/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.4.2. Notifique o **Sr. Francisco Queiroz Ferreira Filho**, Presidente e Ordenador de Despesas da Casa Legislativa, à época, e o Ordenador de Despesas, com cópia do Relatório/Voto-Vista e Acórdão para ter ciência do decisório e, querendo, apresentem o devido recurso.

11 Ata: 32ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12 Data da Sessão: 19 de setembro de 2017.

13 Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente, em sessão), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Filho, Mário Manoel Coelho de Mello, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

14 Representante do Ministério Público: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA

Conselheiro-Presidente, em sessão

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Relatora

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral